obra nos deixa advinhar. Aqui apenas tentámos apontar aspectos dessa complexidade.

Maria Belo

Jean-Claude Kaufmann, La femme seule et le prince charmant. Enquête sur la vie en solo, Paris, Éd. Nathan, col. «Essais & recherches», 1999, 208 páginas.

Tem sido relevante nas últimas duas décadas o aumento de núcleos residenciais de pessoas sós, sobretudo mulheres que vivem sozinhas de forma definitiva ou por períodos da sua trajectória de vida. O dossier apresentado em anexo ao livro reúne dados sobre este fenómeno na Europa. Portugal, por exemplo, registava, por volta de 1950, 8% de núcleos de uma pessoa, passando para 10% em 1970, e, segundo dados de 1993--1994, esses núcleos representavam 14%. Nessa data os valores mais significativos registam-se na Dinamarca (45%), na RFA (34%) e na Holanda (32%). No total europeu, os núcleos de pessoas sós representavam, em 1990-1991, 26% do total dos grupos domésticos, ou seja, uma pessoa em cada quatro vivia a solo. Para além da população idosa, hoje em dia surgem núcleos de mulheres sós, iovens, vivendo em meios urbanos, entre os 20 e os 29 anos, no início de uma carreira profissional.

Para tal contribuíram, entre outros factores, o prolongamento dos

estudos, o adiamento do projecto conjugal em favor da carreira profissional e a centralidade do indivíduo como valor nas sociedades modernas. Surgem novas formas de celibato, trajectórias autónomas, para alguns procuradas, para outros impostas, como uma nova forma de vida. Segundo Jean-Claude Kaufmann, este novo modelo de vida fora da conjugalidade é, apesar de ainda os actores não estarem disso conscientes, «revolucionário e subversivo», porque portador de novos valores; põe em causa, nomeadamente, a estrutura básica do edifício social, a família.

O autor de *La femme seule et le prince charmant*, depois de ter tratado nos últimos anos a questão da solidão e da vida fora da conjugalidade¹, aborda nesta obra alguns modos de vida femininos *a solo*, identificando diferentes trajectórias e estratégias face ao modelo dominante da mulher *dedicada* ao «marido, lar e bebé».

Escrita de uma forma romanceada, a obra consegue, através da narrativa de uma história (feita de muitas histórias), mostrar várias facetas, vários rostos de mulheres sozinhas,

¹ J. C. Kaufmann, Célibat, ménages d'une personne, isolement, solitude. Un état des savoirs, Bruxelas, Comissão das Comunidades Europeias, 1993, «Vie hors couple, isolement et lien social. Figures de l'inscription relationnelle», in Revue française de sociologie, vol. xxxv, n.º 4, 1994, «Trois contextes sociaux de l'isolement», in Revue française des affaires sociales, n.º 2, 1994, «Les cadres sociaux de solitude», in Sciences sociales et santé, vol. 13, n.º 1, 1995, e «Isolement choisi, isolement subi», in Dialogue, n.º 129, 1995.

umas vivendo a autonomia pela afirmação positiva de si próprias, outras esperando continuamente sair dessa vida a solo, que mais não é do que uma vida autónoma por defeito. A vida a um é uma vida em dois, o que implica um certo conflito, uma contradição, nomeadamente entre um lado interior/privado, por vezes povoado de rotinas ou de angústias, e um lado exterior/público, por vezes mera carapaça teatral feita de aparente coragem. Em todas as histórias sente-se a presença de um «ele», que o autor denomina príncipe encantado, entendido por algumas como um possível «entrave» à trajectória de autonomia. por outras «o eterno desejado» que lhes traria equilíbrio.

Depois de percorrer brevemente a história do celibato (capítulo 1), Jean-Claude Kaufmann constrói a primeira parte do livro contextualizando o estudo, cuja população (um grupo de mulheres bastante escolarizadas entre os 18 e os 53 anos) foi definida através do material empírico que serviu inicialmente de base a este trabalho, ou sejam 300 cartas de leitoras da revista Marie Claire, enviadas espontaneamente e, posteriormente, analisadas pelo autor. O conteúdo, escrito sob diferentes estilos, foi depois cruzado com outras fontes documentais, bem como com entrevistas transcritas.

Deste modo, a *primeira parte* da obra estrutura-se com base nos diferentes cenários da vida *a solo*, em primeiro lugar uma *vida em dois* (capítulo II), que se afirma perante o modelo normativo da *vida a dois* (ca-

pítulo III), onde a figura do *ele* ausente, rejeitado ou desejado é uma presença (capítulo IV).

A segunda parte da obra possui um carácter mais biográfico, na medida em que explora a experiência vivida e sentida pelas protagonistas da vida a solo, que reflectem sobre si mesmas (capítulo V), que vivem num mundo à sua medida (capítulo VI), que se confrontam com o mundo exterior, os outros (capítulo VII), e não possuem um homem (capítulo VIII).

A terceira parte propõe a análise de alguns tipos de trajectória de vida a solo, sinalizando as questões da identidade (capítulo IX), da relação com o futuro (capítulo X), e as estratégias inovadoras (capítulo X) que muitas das mulheres protagonizam.

A obra deixa em aberto a transformação social que se manifesta através das *trajectórias de autonomia* (conclusão), onde se concilia, ou se pretende conciliar, a aparente *contradição* entre uma *mulher autónoma* e o *príncipe encantado* (epílogo).

As contradições da vida a solo são, em parte, o eixo desta obra. E são várias as que uma vida em dois coloca, a começar pela autonomia residencial: viver só numa casa familiar ou viver só num espaço próprio? Se esta última situação era, no passado, uma condição de muitos idosos, hoje revela ser um fenómeno mais juvenil. O espaço autónomo, inicialmente transitório, transforma-se numa concha que protege, um lugar que se estrutura de um modo individualista e que contribui para a própria condição de pessoa só.

Fora dessa «concha protectora», o celibatário confronta-se com o «dedo acusador» da família, dos vizinhos e dos amigos que, entretanto, casaram, enfim de todos os que, à sua volta, promovem o modelo familialista como única afirmação de humanidade, de solidariedade, de identidade e de *normalidade*. Por vezes, só o grupo de pares (iguais), de amigas, constitui o lugar de referência central.

A dominância do modelo conjugal socializa e diminui a capacidade crítica dos que se questionam quanto à sua generalização. Nesse sentido, as emoções são, por vezes, extremadas entre o rir, que afasta *o dedo acusador*, e as lágrimas, que demonstram a incapacidade de lutar contra um modelo tão abrangente. São esses momentos críticos que provocam uma *reflexividade* acrescida sobre os conflitos identitários.

Num espaço autónomo, onde não se evidencia a presença de um outro, seja ele marido ou filho, os lugares transformam-se em espaços de afirmação ou de refúgio do indivíduo: a cama e a banheira são dois lugares por excelência de encontro consigo próprio. Longe das mesas de família, onde o grupo doméstico se funde, a mulher sozinha prefere um tabuleiro, que transporta diante da televisão ou leva para a cama. São esses gestos que Kaufmann identifica como manifestações da *liberdade* sentida pelos que vivem *a solo*.

A liberdade de agir num espaço doméstico construído sem uma relação estável reforça a importância da reflexividade como elemento de construção identitária.

No entanto, esse espaço de liberdade é, por vezes, sentido como um lugar vazio, onde a mulher se sente fragilizada. Daí a necessidade permanente de sair, de estar em grupos, sobretudo com as amigas, e de frequentar espaços públicos.

A rede de relações, procurada e desejada no início da trajectória a solo, é, normalmente, alargada, diversa, aberta e leve, o que contribui para o seu desaparecimento noutras fases do ciclo, onde por vezes se procura, na família ou na fuga para a frente do trabalho profissional, o contraponto ao vazio do espaço residencial. Este tem sido um dos grandes motores para o início de algumas trajectórias a solo: o prolongamento dos estudos superiores, o início de uma carreira profissional, o sucesso e a necessidade de condições para a sua manutenção, nomeadamente a inexistência de compromissos familiares.

O trabalho transforma-se em *lugar pivot* da construção identitária, o que põe de novo em causa a centralidade da família para essas mulheres. Querendo casar tarde, possuidoras de uma carreira profissional de sucesso, as mulheres *a solo* são confrontadas com um mercado «pobre» de parceiros, já que os homens percorrem percursos de autonomia diversos; são normalmente os menos escolarizados e é no baixo da escala social que se encontram «disponíveis».

Apesar do aparecimento de uma vaga de núcleos de mulheres sós jovens em início de carreira, a maioria ainda é viúva. A terceira vaga é constituída pelas mulheres em situação de ruptura conjugal, que, ao contrário dos homens, nem sempre entram numa nova conjugalidade. Algumas vivem esse novo período com sofrimento, dada a sua dependência relacional ou social do companheiro, para muitas fonte de segurança afectiva e material; para outras, a ruptura conjugal representa o início de uma fase de libertação, uma espécie de respiração pessoal.

Através dos diversos testemunhos lidos, Jean-Claude Kaufmann identifica alguns dos factores que favorecem a construção de uma trajectória *a solo*: (1) o gosto intenso pelos estudos; (2) um sucesso profissional muito exuberante; (3) alguma fixação em determinados hábitos domésticos; (4) o próprio efeito da trajectória; (5) uma entrada precoce na vida sexual activa, favorecendo uma multiplicidade de parceiros, logo a existência de diferentes períodos de vida em solitário.

Deste modo, o autor afirma que a vida *a solo*, apesar de poder ser resultante de uma predisposição psicológica, carece de contextos sociais favoráveis para se construir, sendo, por vezes, uma das motivações iniciais a vontade de ter autonomia financeira, independência e a própria necessidade de investir a criatividade individual, entre outros domínios, no campo profissional.

A trajectória feminina ainda dominante na sociedade actual está marcada pela *dedicação* ao grupo familiar, onde a mulher é a «fada do lar», e a sua individualidade funde-se no conjunto, de tal modo que a *definição de si mesma é feita*, em grande parte, *pelo todo familiar*.

Em contraponto, a trajectória *au-tónoma*, porventura ainda marginal, coloca a mulher face ao desconhecido, exigindo-lhe uma reinvenção constante das estratégias, *e a definição de si é feita por si*, ou seja, o «ego» é o centro do mundo.

Kaufmann procura evidenciar nesta obra o outro lado da vida feminina, contrário ao que o seu livro *Le coeur à l'ouvrage* procurou caracterizar, isto é, o de uma mulher construída no contexto do lar, sujeita ao mundo das tarefas domésticas.

Esta radicalização de perfis parece-nos, por vezes, demasiado extremada quando se opõem valores como liberdade, capacidade de se inventar, reflexividade, como podendo caracterizar a vida a solo, em oposição a uma não-liberdade de uma mulher sujeita a um modelo acabado, onde tudo se dilui na inserção num grupo doméstico.

Em resumo, Jean-Claude Kaufmann, ao procurar analisar a vida *a solo* das mulheres, identifica diferentes tipos de *trajectória autónoma:* por defeito de uma conjugalidade não conseguida, mas intensamente esperada (os dinossauros do amor); por oposição a uma conjugalidade rejeitada e numa afirmação socialmente conseguida (os cavalos a galope); no compromisso entre uma autonomia afirmada e uma conjugalidade não coabitante (nem partilha total, nem território comum, nem

mesmo um compromisso total e exclusivo com um parceiro).

Na emergência de um maior número de mulheres *a solo*, a sociedade manifesta a importância do «indivíduo» como *pivot* central dos modelos familiares actuais; é cada vez mais na contradição entre *a autonomia* de cada membro, o respeito pelos seus *territórios pessoais* e a *parceria* conjugal e familiar que os laços afectivos se constroem no grupo doméstico.

Ao afirmarem-se, através de *trajectórias de autonomia*, de forma positiva sem o recurso à conjugalidade, ao parceiro masculino, as mulheres introduzem um «fermento revolucionário» numa história onde, muito rapidamente, essa afirmação tem demonstrado ser peremptória e, por vezes, até radical.

La femme seule et le prince charmant é um trabalho de interesse relevante para todos os que se preocupam com as questões da família, em particular a transformação dos grupos domésticos, da construção das identidades e do género. Em termos metodológicos, esta obra exemplifica, de forma notável, a importância dos escritos pessoais como material de investigação. Não é um trabalho dirigido apenas e só a cientistas sociais; daí poder interessar um público mais vasto e poder ser lido por todas(os) as(os) que, à semelhança do título, vivem sós, «à espera» de um príncipe (ou de uma princesa) encantado(a).

Charles R. Epp, The Rights Revolution. Lawyers, Activists, and Supreme Courts in Comparative Perspective, Chicago e Londres, The University of Chicago Press, 1998.

Exceptuando a vastíssima quantidade de estudos existentes sobre o poder judicial nos Estados Unidos, a análise dos tribunais de um ponto de vista politológico tem gerado poucas publicações relevantes. Mais raras ainda são as obras do género que adoptam uma perspectiva verdadeiramente comparativa, não se limitando a um bem-intencionado somatório de capítulos individuais sobre diferentes nações. The Rights Revolution, do politólogo canadiano Charles Epp, pertence a esse clube altamente selecto. A questão que orienta este livro é relativamente simples, mas carece de alguma explicação preliminar. A «revolução dos direitos» de que fala Epp é, na sua origem, uma revolução americana. Ao longo do século xx, o Supremo Tribunal dos Estados Unidos contribuiu para uma transformação substancial da noção de «direitos constitucionais», alargando-os muito para além dos direitos de propriedade e da protecção da liberdade económica em relação à intervenção do Estado. Esse alargamento deu-se, primeiro, em relação aos direitos considerados integrais à realização do processo democrático, tais como a liberdade de expressão e de associação. Depois, em relação à protecção dos indivíduos em face dos abu-